
 Facebook  Twitter



03/06/19 16:36

 Curtir 0

 Tweetar

Senadores querem royalties sobre energia para elevar arrecadação no Norte e Nordeste

Publicidade

Reuters

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - Uma recém-lançada Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e Nordeste colocou entre seus objetivos iniciais a busca pela cobrança de royalties sobre a produção de energia elétrica como forma de aumentar a arrecadação nessas regiões, as menos desenvolvidas do Brasil.

A iniciativa mira principalmente o enorme potencial para a geração hidrelétrica no Norte, onde foram instaladas grande usinas como Belo Monte e Turucuí, e a capacidade de produção de energia eólica e solar no Nordeste, onde está a maior parte dos empreendimentos dessas fontes renováveis no país, disseram senadores à Reuters.

Mas o estabelecimento de uma taxa sobre a produção de energia deve enfrentar forte oposição de investidores, que poderiam até ir à Justiça para forçar o repasse aos consumidores de custos extras gerados com a cobrança, disseram advogados do setor.

A medida também poderia ir na contramão de promessas do governo e das expectativas dos próprios políticos, ao encarecer a energia de novos projetos e reduzir a competitividade de usinas no Norte e Nordeste frente a outras regiões nos leilões federais para contratação de novos empreendimentos, nos quais as regras priorizam a geração de menor custo por megawatt-hora.

Segundo dados da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Sudeste liderava a capacidade de geração no Brasil ao final de 2017, com 45 gigawatts, seguido pelo Nordeste, com 32,5 gigawatts e pelo Norte, com 28,3 gigawatts. As duas regiões corresponderam assim a quase 40% dos 157 gigawatts em potência instalada do país naquele ano.

"Norte e Nordeste hoje são exportadores de energia elétrica, e toda a tributação se dá no consumo, não na fonte, onde se produz, ao contrário dos outros produtos. Então a gente precisa ter alguma vantagem, já que somos geradores dessa riqueza. Isso foi consenso entre todos membros", disse à Reuters o senador Rogério Carvalho (PT-SE), que propôs a criação da frente.

Questionado sobre impactos da medida sobre custos, ele disse que esse ponto está em avaliação, mas minimizou preocupações.

"Estamos atentos a isso, mas o custo de produção dessas fontes de energia é muito baixo, e tem margem. Os investimentos são importantes, vamos atrair muitos investimentos. Mas é preciso entender que as pessoas precisam comer, vestir, trabalhar, viver. E o que está acontecendo é que nessas regiões as pessoas estão só sobrevivendo", afirmou.

O senador Weverton Rocha (PDT-MA), relator do projeto que criou a frente, disse que a intenção é estabelecer os royalties sobre "energia com um todo", incluindo tanto as chamadas novas renováveis, como eólicas e solares, como a geração hídrica.

"Pegamos vários temas estruturantes do Nordeste, que unem todos, independente da questão partidária. Somos a maioria na Casa, com 48 senadores, então temos condições políticas de começar a defender os interesses dessas regiões".

O projeto que consolida a criação da frente parlamentar foi publicado na semana passada no Diário Oficial da União, com assinatura do presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre.

O texto afirma que a frente atuará por meio de medidas como "apoio a propostas legislativas", incluindo entre suas prioridades a apresentação de projeto "que defina o pagamento, aos Estados produtores, de royalties incidentes sobre as fontes de energia".

O texto não citou possíveis alíquotas para os royalties. Os políticos também não detalharam as intenções e disseram que o tema é agora alvo de negociações e estudos.

MEDIDA POLÊMICA

Para o especialista em energia do Demarest Advogados, Pedro Dante, os royalties iriam contra um esforço do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para reduzir o custo da energia, que passa pela análise de possíveis cortes em encargos e tributos nas tarifas.

"No final do dia, a Aneel reconhece isso. Essa situação é o 'fato do príncipe'. Quando a administração pública impõe um tributo ou encargo que não estava previsto no custo dos contratos administrativos, o contrato é passível de reajuste. Então, se ao final os royalties desequilibrarem os contratos, o consumidor paga", afirmou.

O centro de análises **Instituto Acende Brasil** estimou em estudo realizado com a PwC que a carga tributária e encargos sobre a energia representaram cerca de 47,7% da receita operacional bruta do setor elétrico no país em 2017.

Esses tributos já incluem a chamada Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), cobrada junto a geradores hidrelétricos, que em 2018 arrecadou 1,5 bilhão de reais, segundo a Aneel. Foram arrecadados no ano passado, ainda, 946 milhões de reais em royalties sobre a produção da usina binacional de Itaipu.

Entre os Estados que poderiam ser mais impactados com os royalties estão Pará e Bahia, que lideram a capacidade instalada no Norte e Nordeste --o primeiro por conta de grandes hidrelétricas e o segundo também pela geração solar e eólica.